

Informe
Anual
2025

CEG RIO S.A

Naturgy 



Acesse os
Informes anuais
2025

Informe
Anual
2025

Informe anual
2025

Demonstrações financeiras

Naturgy 

Lead time for setting up shared services

In this survey, 58 percent of the organisations reported setting up their HR shared services in a period of 6 months to a year. Below is an infographic showing the lead time for setting up a shared service, compared to a 100% which takes a shorter lead time as they have established procedures in place. The majority (75 percent) of the respondents indicated that setting up the shared services took less than 12 months.

Figure 27: Standardisation of processes before or after?



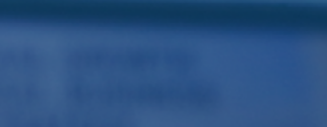
Figure 28: How long did it take to operationalise?



Figure 29: Challenges faced in HR Shared Services



Figure 30: How could the HR Shared Services journey be improved?



communicate the overall health of the HR shared services organisation.

Figure 31

Scope of Outsourced services

Payroll administration (58 percent) continues to be the key HR process outsourced. Additionally, processes like Manage Employee Engagement and Satisfaction (23 percent), Manage Shared Service Customer Delivery (23 percent), Manage Employee Health and Safety (23 percent), and Manage Benefits (23 percent) have emerged as key processes that are being considered for outsourcing other than payroll. These were four new HR processes identified that are being outsourced in this year's survey. Manage Shared Service Customer Delivery, Manage Time & Attendance, Employee and Manager HR Processes and Policies, and Manage Global Employment.

The grass is always greener on the other side

As per the Deloitte India survey, 36 percent of the respondents have selectively or

Initiatives undertaken in the short term to improve HR service delivery effectiveness

Organisations are already undertaking several initiatives to improve their HR service delivery model. 63 percent of the organisations are re-engineering their key HR processes along with business manager's people management practices. Over 50 percent of organisations have changed the scope of their HR service delivery, along with the HR business partner role. 58 percent of organisations have implemented new technologies, along with the HR business partner role. 58 percent of organisations have implemented self-service portals for HR processes and 58 percent of HR processes are being implemented to improve the HR service delivery effectiveness.

— Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

Ativo	31/12/2025	31/12/2024
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	475.161	441.775
Contas a receber de clientes (Nota 7)	101.956	155.535
Tributos a recuperar (Nota 8)	65.277	70.951
Despesas antecipadas	1.794	1.504
Créditos com aquisição de gás (Nota 18)	15.261	-
Outros ativos	2.810	2.437
	662.259	672.202
Não circulante		
Contas a receber de clientes (Nota 7)	294	936
Tributos a recuperar (Nota 8)	108.095	138.209
Depósitos judiciais	3.402	3.540
Ativos fiscais diferidos (Nota 9)	29.736	30.961
Outros ativos	-	18
	141.527	173.664
Intangível (Nota 11)	612.041	602.692
Direito de uso (Nota 12)	2.149	220
	755.717	776.576
Total do ativo	1.417.976	1.448.778

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Passivo e patrimônio líquido	31/12/2025	31/12/2024
Circulante		
Fornecedores (Nota 13)	75.856	136.887
Obrigações por Arrendamento (Nota 12)	1.750	95
Empréstimos e financiamentos (Nota 14)	162.282	131.118
Tributos a recolher (Nota 15)	12.732	7.678
Imposto de renda e Contribuição Social a pagar (Nota 15)	7.332	10.937
Dividendos e JCP a pagar (Nota 10)	42.762	44.355
Demais contas a pagar	7.376	1.783
	310.090	332.853
Não circulante		
Obrigações por Arrendamento (Nota 12)	458	135
Empréstimos e financiamentos (Nota 14)	-	149.865
Provisão para contingências (Nota 17)	32.383	31.993
Obrigações setoriais (Nota 8)	250.978	232.853
	283.819	414.846
Total do passivo	593.909	747.699
Patrimônio líquido (Nota 16)		
Capital social	224.186	224.186
Reserva de capital	91	91
Reservas de lucros	599.791	476.802
Total do patrimônio líquido	824.067	701.079
Total do passivo e patrimônio líquido	1.417.976	1.448.778

— Demonstração do Resultado

Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

	2025	2024
Receita líquida (Nota 19)	1.130.763	2.717.519
Custo do serviço prestado (Nota 20)	(830.352)	(2.372.710)
Lucro bruto	300.411	344.809
Despesas de vendas (Nota 22)	(6.955)	(13.556)
Despesas administrativas e gerais (Nota 22)	(61.075)	(68.661)
Outras receitas e despesas, líquidas (Nota 23)	(8.429)	(3.292)
Lucro operacional	223.952	259.300
Receitas financeiras	64.077	57.103
Despesas financeiras	(46.804)	(59.870)
Resultado financeiro, líquido (Nota 24)	17.273	(2.767)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	241.225	256.533
Imposto de renda e contribuição social - correntes (Nota 15.b)	(68.949)	(83.792)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos (Nota 15.b)	(1.226)	4.679
Lucro líquido do exercício	171.050	177.420
Lucro líquido do exercício básico e diluído por mil ações do capital social - R\$	0,08574	0,08893

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

— Demonstração do Resultado Abrangente
Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

	31/12/2025	31/12/2024
Lucro líquido do exercício	171.050	177.420
Total do resultado abrangente do exercício	171.050	177.420

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

— Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

	Capital Social	Reserva de capital incentivos fiscais
Saldos em 1º de janeiro de 2024	224.186	91
Lucro líquido do exercício	-	-
Destinação do lucro:		
Juros sobre o capital próprio (R\$ 14,5865 por lote de mil ações)	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios (R\$ 15,9367 por lote de mil ações)	-	-
Destinação de resultado a definir em AGOE	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	224.186	91
Lucro líquido do exercício	-	-
Destinação do lucro:		
Juros sobre o capital próprio (R\$ 17,7101 por lote de mil ações)	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios (R\$ 6,3809 por lote de mil ações)	-	-
Destinação de resultado a definir em AGOE	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025	224.186	91

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Reservas de lucros					
Expansão	Legal	Especial	Dividendo adicional proposto	Lucros acumulados	Total
85.163	44.837	53.692	164.410	-	572.379
-	-		-	177.420	177.420
-	-		-	(29.100)	(29.100)
-	-		-	(19.620)	(19.620)
-	-		128.700	(128.700)	-
85.163	44.837	53.692	293.110	-	701.079
-	-		-	171.050	171.050
-	-		-	(35.332)	(35.332)
-	-		-	(12.730)	(12.730)
-	-		122.988	(122.988)	-
85.163	44.837	53.692	416.098	-	824.067

— Demonstração dos Fluxos de Caixa

Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

Fluxos de caixa das atividades operacionais	2025	2024
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	241.225	256.533
Ajustes		
Amortizações do intangível	47.067	42.482
Amortização – direito de uso	1.176	58
Provisão (reversão) para contingências	390	5.565
Juros provisionados e não pagos	28.953	43.568
Custos de empréstimos amortizados no período	130	1.004
Juros sobre arrendamento	143	20
Atualização monetária sobre depósito judicial	254	271
Provisão para perdas de crédito esperadas	1.580	8.993
Lucro antes dos impostos ajustado	320.918	358.494
Variações nos ativos e passivos:		
Contas a receber de clientes	52.641	78.773
Tributos a recuperar e diferidos	35.788	23.774
Outros ativos	(16.022)	(225)
Fornecedores	(61.031)	(172.728)
Tributos a recolher	5.054	(8.492)
Outros passivos	23.718	15.293
Caixa proveniente das operações	361.066	294.889
Juros pagos sobre empréstimos	(37.694)	(43.625)
Juros pagos sobre arrendamento	(133)	(18)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(72.554)	(79.824)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	250.685	171.422
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisições do intangível	(56.417)	(42.981)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(56.417)	(42.981)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Amortização principal empréstimos	(110.000)	(90.000)
Amortização custos de empréstimos	(1.137)	(50)
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	(49.745)	(60.607)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(160.882)	(150.657)
Aumento (Redução) líquido de caixa e equivalente de caixa	33.386	(22.216)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	441.775	463.991
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	475.161	441.775

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

— Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

1 Contexto operacional

A CEG RIO S.A. (a “Companhia” ou “CEG RIO”) é uma sociedade anônima de capital fechado e tem como objetivo, no âmbito de sua concessão, operar os serviços públicos de gás, de qualquer tipo e origem, fora da região metropolitana da cidade do Rio de Janeiro, e explorar, com exclusividade, a distribuição de gás canalizado, bem como todas as atividades correlatas, compatíveis com a natureza do serviço de distribuição de gás.

A concessão obtida junto ao Estado do Rio de Janeiro tem o prazo de 30 anos, contados a partir de 21 de julho de 1997 finalizando, portanto, em julho de 2027, prorrogáveis, a critério exclusivo do Estado do Rio de Janeiro, por igual período e por uma única vez.

Conforme estabelecido no Contrato de Concessão, a Companhia possuía o prazo de até 36 meses, antes do vencimento do contrato, para apresentar seu requerimento de prorrogação, o que foi feito no dia 18/07/2024. A Companhia está acompanhando o desenvolvimento do tema na Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro (Agenera) e junto ao Poder Concedente.

A área de concessão da CEG RIO inclui as regiões Norte-Fluminense, Noroeste-Fluminense, Baixada Litorânea, Serrana, Médio Paraíba, Centro-Sul e a Baía da Ilha Grande, todas no Estado do Rio de Janeiro.

De acordo com o contrato de concessão, a CEG RIO deverá cumprir determinações requeridas pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro (Poder Concedente). O não cumprimento das referidas determinações sujeitará a Companhia a penalidades que vão desde a advertência até a extinção da concessão. As principais determinações são:

- Realizar, por sua conta e risco, as obras ou outras intervenções necessárias à prestação dos serviços concedidos, mantendo e repondo os bens e operando as instalações e equipamentos, de modo a assegurar a qualidade dos serviços;
 - Manter as instalações e equipamentos existentes e futuros, promover o registro e inventário permanente dos bens vinculados à concessão, zelando pela sua integridade;
 - Manter cobertura de seguros, por valores adequados de reposição, dos bens vinculados à concessão, contratando, pelo menos, os seguros de danos materiais e de responsabilidade civil por danos causados a terceiros;
 - Captar, aplicar e gerir os recursos financeiros necessários à adequada prestação dos serviços;
- Indenizar os danos decorrentes da prestação dos serviços;
- Atingir as metas de qualidade e segurança, constantes do Anexo II ao Contrato de Concessão, nos prazos e condições fixados;
 - Manter, a todo e qualquer tempo, a sede da Companhia no Estado do Rio de Janeiro.
 - A Companhia entende que as determinações estipuladas no contrato de concessão mencionadas acima têm sido cumpridas adequadamente. A Companhia entende que as determinações estipuladas no contrato de concessão mencionadas acima têm sido cumpridas adequadamente.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração da Companhia em 12 de fevereiro de 2026.

2 Resumo das políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

Essas demonstrações evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto para os instrumentos financeiros classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota Explicativa nº 3.

Continuidade operacional

Com base nos fatos e circunstâncias existentes até a data de autorização das presentes demonstrações financeiras anuais, a Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que suas operações têm capacidade de geração de recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro.

Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando.

Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

2.2 Moeda funcional

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Empresa atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras da Companhia estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional e, também, a moeda de apresentação da Companhia.

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação nas quais os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do ano referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado.

2.3 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de até três meses, ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e com um risco insignificante de mudança de valor. Esses saldos são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo.

2.4 Instrumentos financeiros

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

2.4.1 Ativos financeiros - Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios do Grupo para a gestão desses ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático, a Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. As contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático, são mensuradas pelo preço de transação determinando de acordo com o CPC 47.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Essa avaliação é executada em nível de instrumento. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócio adotado.

Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em duas categorias:

- Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida); e
- Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado (instrumentos de dívida)

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

Desreconhecimento

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram; ou
- A Companhia transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

Quando a Companhia transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ela avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, a Companhia continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado.

Nesse caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos pela Companhia.

O envolvimento contínuo sob a forma de garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo menor valor entre: (i) o valor do ativo; e (ii) o valor máximo da contraprestação recebida que a entidade pode ser obrigada a restituir (valor da garantia).

2.4.2 Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de hedge em um hedge efetivo, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Os passivos financeiros são desreconhecidos quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar.

Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados ao custo amortizado.

A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito abaixo:

Passivos financeiros ao custo amortizado (empréstimos e financiamentos)

Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva.

A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado.

Desreconhecimento

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

2.5 Contas a receber de clientes e provisão para perdas de crédito esperadas

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia, normalmente, as contas a receber são reconhecidas pelos valores nominais das faturas emitidas. Se o prazo de recebimento for equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, são apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros, menos a provisão para perdas de crédito esperadas.

A Companhia utiliza uma matriz de provisão para calcular a perda de crédito esperada para contas a receber. As taxas de provisão aplicadas são baseadas em dias de atraso para agrupamentos de vários segmentos de clientes que apresentam padrões semelhantes.

A matriz de provisão baseia-se inicialmente nas taxas de perda histórica observadas pela Companhia. A Companhia revisa de forma prospectiva para ajustá-la de acordo com a experiência histórica de perda de crédito. Em todas as datas de relatórios, as taxas de perda histórica observadas são atualizadas e as mudanças nas estimativas prospectivas são analisadas e reconhecidas na contabilidade.

2.6 Depósitos judiciais

Existem situações em que a Companhia questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações movidas contra si. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da Administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo. Esses depósitos são atualizados monetariamente.

2.7 Ativos intangíveis

(i) Contrato de concessão

Como resultado da adoção da interpretação do ICPC 01 (R1) Contratos de Concessão, a Companhia classifica como intangível (i) os valores pagos ao Poder Concedente como contraprestação da concessão; e (ii) os custos dos ativos construídos ou adquiridos para fins de prestação de serviços de concessão (infraestrutura), líquidos de amortização. O valor da concessão é amortizado pelo prazo residual da concessão e a amortização dos custos da infraestrutura é calculada com base na vida útil estimada para os ativos compreendidos e integrante da base de cálculo da tarifa de prestação de serviços.

O serviço de construção da infraestrutura necessária para a distribuição de gás a ser realizado, conforme a referida norma, é considerado um serviço prestado ao Poder Concedente e a correspondente receita é reconhecida ao resultado por valor igual ao custo. A Companhia não reconhece margem na construção de infraestrutura, pois essa margem está, em sua grande maioria, vinculada aos serviços contratados de terceiros por valores que refletem o valor justo.

Ao fim da concessão, os ativos vinculados à prestação de serviço de distribuição de gás serão revertidos ao Poder Concedente, tendo a Companhia o direito à indenização a ser determinada com base no levantamento dos valores contábeis a serem apurados nessa época. Em consonância com as disposições do OCPC 05 - Contratos de Concessão, a Administração entende que a provisão contratual da indenização não representa um direito incondicional de receber caixa ou outros ativos financeiros do Poder Concedente, motivo pelo qual não aplicou o modelo bifurcado para contabilização dos efeitos do contrato de concessão. Esse entendimento baseia-se no fato de que o valor residual do ativo intangível, que representa a indenização, será objeto de negociação quando da prorrogação do contrato de concessão.

A amortização do ativo intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia, os quais correspondem à vida útil dos ativos componentes de infraestrutura. Adicionalmente, a Companhia revisa anualmente a vida útil de seus ativos.

(ii) Programas de computador (softwares)

As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimada.

Os custos de software reconhecidos como ativos são amortizados usando-se o método linear ao longo de suas vidas úteis, conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 11.

(iii) Servidão de passagem

As servidões de passagem são registradas como ativo intangível e amortizadas pela expectativa de vida útil, limitado ao prazo de concessão conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 11.

2.8 Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Administração revisa anualmente o valor recuperável dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

A Companhia baseia sua avaliação de redução ao valor recuperável com base nas previsões e orçamentos financeiros mais recentes, os quais são elaborados separadamente pela Administração para cada unidade geradora de caixa às quais os ativos estejam alocados. As projeções baseadas nessas previsões e orçamentos geralmente abrangem o período de cinco anos. Uma taxa média de crescimento de longo prazo é calculada e aplicada aos fluxos de caixa futuros após o quinto ano. A perda por desvalorização do ativo é reconhecida no resultado de forma consistente com a função do ativo sujeito à perda.

Para ativos que não sejam ágio, é efetuada uma avaliação em cada data de reporte para determinar se existe um indicativo de que as perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuiram. Se tal indicativo existir, a Companhia estima o valor recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa. Uma perda por redução ao valor recuperável de um ativo previamente reconhecida é revertida apenas se tiver havido mudança nas estimativas utilizadas para determinar o valor recuperável do ativo desde a última perda por desvalorização que foi reconhecida. A reversão é limitada para que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido determinado (líquido de depreciação, amortização ou exaustão), caso nenhuma perda por desvalorização tivesse sido reconhecida para o ativo em anos anteriores. Essa reversão é reconhecida no resultado.

Como resultado dessa avaliação, não foi identificada a necessidade de reconhecimento de perda em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

2.9 Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

2.10 Custos de empréstimos

Os custos de empréstimos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

2.11 Provisão para contingências

As provisões para ações judiciais e decorrentes das estimativas de compras de gás para fornecimento às térmicas são reconhecidas quando: a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor puder ser estimado com segurança. As provisões não são reconhecidas com relação às perdas operacionais futuras.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.12 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda e as contribuições sociais são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. O encargo de imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço.

A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras.

Entretanto, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).

O imposto de renda e contribuição social diferido ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há um direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributária.

2.13 Capital social

As ações ordinárias e as ações preferenciais são classificadas no patrimônio líquido.

2.14 Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia são reconhecidos como passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, e calculados com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório é provisionado e deve ser aprovado pelos acionistas em Assembleia Geral.

2.15 Reconhecimento de receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela venda de gás e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos.

A Companhia reconhece a receita quando esta pode ser mensurada com segurança, for provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma de suas atividades, conforme descrição a seguir. Os faturamentos ocorrem em períodos bem próximos às entregas e prestação de serviços, portanto, não são esperadas alterações significativas nos preços das transações a serem reconhecidas em receitas de períodos posteriores à satisfação de obrigação de desempenho. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

a. Venda de gás

A receita pela venda de gás é reconhecida por medição equivalente ao volume de gás transferido para o cliente por meio de estimativas para mensurar o gás entregue, mas ainda não considerado pelas medições anteriores ao fechamento do exercício.

b. Receita de Prestação de Serviço de Distribuição

A receita decorrente do serviço de distribuição de gás (Acesso de Terceiros à Rede - ATR) é reconhecida pelo volume de gás medido pela Petrobras aplicando-se a margem da Distribuidora, considerando que a aquisição do gás é negociada de forma direta e o cliente remunera a Companhia pela movimentação do gás.

c. Serviço de construção

O serviço de construção da infraestrutura necessária para a distribuição de gás é considerado um serviço prestado ao Poder Concedente e a correspondente receita é reconhecida ao resultado por valor igual ao custo, pelo fato de a Companhia subcontratar essa construção e por não haver margem de lucro nesse serviço. Para mensuração e reconhecimento da receita e custo dos serviços de construção da infraestrutura de distribuição de gás, a Companhia considera o estágio de execução do serviço prestado.

d. Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros.

2.16 Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não em vigor até a data de emissão dessas demonstrações financeiras foram analisadas e não se espera que tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia. As normas analisadas pela Companhia foram:

a) IFRS 18 - Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis

O IFRS18 substituirá o CPC 26/IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais:

- As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de resultados, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de

imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará.

- As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras.
- Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.
- As entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.

A Companhia está em processo de avaliação do impacto do novo padrão nas respectivas demonstrações financeiras.

b) Outras Normas Contábeis

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

- Contratos de eletricidade relacionados a natureza (alterações **IFRS 9 e IFRS 7**);
- **CPC 40/IFRS 7 e CPC 48/IFRS 9** - Classificação e mensuração de instrumentos financeiros

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir:

a. Reconhecimento da receita de venda de gás não faturada

Para a mensuração da receita pela venda de gás não faturada são efetuadas estimativas, com base no consumo histórico e em projeções de consumo, para mensurar o gás entregue, mas ainda não considerado pelas medições anteriores ao fechamento do período. Conforme apresentado na Nota Explicativa nº 7, a receita estimada nessas condições em 31 de dezembro de 2025 foi de R\$ 34.391 (R\$ 49.037 em 31 de dezembro de 2024).

b. Provisão para perdas de crédito esperadas

A Companhia efetua um estudo de sua carteira de clientes e registra uma estimativa que representa sua expectativa de inadimplência possíveis ao longo da vida esperada a incorrer para os créditos das contas a receber. A matriz de provisão baseia-se inicialmente no percentual médio de perda histórica observado pela Companhia nos últimos anos. A composição dos vencimentos e as movimentações estão demonstradas na nota explicativa nº 7.

c. Provisão para contingência

A Companhia é parte envolvida em processos tributários, trabalhistas e cíveis que se encontram em instâncias diversas. As provisões para contingências, constituídas para fazer face a saídas de recursos decorrentes dos processos em curso,

são estabelecidas e atualizadas com base na avaliação da Administração, fundamentada na opinião de seus assessores legais e requerem elevado grau de julgamento sobre as matérias envolvidas.

A base da avaliação da incerteza encontra-se divulgada na nota explicativa nº 17.

4 Gestão de risco financeiro

4.1 Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem aos seguintes principais riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco cambial e risco com de taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

A Companhia não está exposta ao risco de volatilidade no preço do gás distribuído, uma vez que as tarifas aplicadas são autorizadas pelo Poder Concedente e levam em consideração o aumento dos custos do gás distribuído. Além disso, embora o custo do gás adquirido para distribuição esteja atrelado ao dólar estadunidense, oscilações averiguadas na margem de contribuição estipulada são revisadas e aplicadas a cada revisão tarifária efetuada.

a. Risco de mercado

(i) Risco cambial

O risco cambial, quando aplicável, decorre de operações de empréstimos indexadas à moeda estrangeira, notadamente operações em relação ao dólar dos Estados Unidos e contratação de serviços em moeda estrangeira (Euro). Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 não existiam ativos ou passivos financeiros relevantes sujeitos à variação cambial.

(ii) Risco com taxa de juros

A Companhia tem os juros de seus empréstimos indexados ao CDI. O risco associado é oriundo da possibilidade de ocorrer perdas resultantes de flutuações nas taxas de juros que podem aumentar as despesas financeiras relativas aos empréstimos e financiamentos contratados.

A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contração de operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas.

b. Risco de crédito

As regras relativas às vendas da Companhia consideram o nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A concentração de risco de crédito com respeito às contas a receber é minimizada devido a pulverização da base de clientes. Adicionalmente, em caso de inadimplência no pagamento de faturas, a distribuição do gás é paralisada nos prazos descritos na Nota explicativa nº 7. Uma provisão para perdas de crédito esperadas é estabelecida em relação àqueles que a Administração acredita que não serão recebidos integralmente.

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou *impaired* pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes.

c. Risco de liquidez

É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

O passivo circulante está inferior ao ativo circulante no montante de R\$ 352.109 em 31

de dezembro de 2025 (R\$ 339.349 em 31 de dezembro de 2024). A Companhia vem gerando lucro em suas operações e o caixa gerado pelas operações tem sido positivo. Não observamos riscos ao refinanciamento, uma vez que a CEG RIO goza de boa avaliação creditícia e possui histórico positivo em suas discussões de refinanciamento junto às instituições financeiras.

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados e contratados.

	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos
Em 31 de dezembro de 2025			
Empréstimos e financiamentos	162.282	-	-
Fornecedores	75.856	-	-
Demais contas a pagar	7.375	-	-
Obrigações de arrendamento	1.750	458	-
Em 31 de dezembro de 2024			
Empréstimos e financiamentos	138.647	177.547	-
Fornecedores	136.887	-	-
Demais contas a pagar	1.783	-	-
Obrigações de arrendamento	101	12.695	-

Observações:

- (i) Como os valores incluídos na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratuais, esses valores não serão conciliados com os valores divulgados no balanço patrimonial para empréstimos.
- (ii) As faixas de vencimento apresentadas não são determinadas pela norma e, sim, baseadas em uma opção da Administração.
- (iii) A análise dos vencimentos aplica-se somente aos instrumentos financeiros e, portanto, não estão incluídas as obrigações decorrentes de legislação.

d. Análise de sensibilidade à variação das taxas do CDI

A Companhia mantém grande parte de sua dívida e das suas disponibilidades indexadas às variações do CDI (somente financiamento). Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresentava uma dívida líquida negativa de R\$ 312.879 (R\$ 160.792 em 31 de dezembro de 2024), representada pelo valor dos empréstimos e financiamentos, líquidos de caixa e aplicações financeiras.

A expectativa de mercado, conforme dados divulgados pelo Banco Central do Brasil (Relatório Focus), com data-base de 31 de dezembro de 2025, indicava uma taxa SELIC em 14,90%.

Adicionalmente, a Administração efetuou testes de sensibilidade para cenários adversos, deterioração das taxas em 25% ou 50% superiores ao cenário provável (julgado pela Administração), conforme demonstrado na tabela abaixo:

Operação	Cenário provável	Cenário I	Cenário II
		Deterioração 25%	Deterioração 50%
Taxa média mensal do CDI em 31/12/2025 - %	14,90	14,90	14,90
Dívida líquida – bancos	(312.879)	(312.879)	(312.879)
Taxa anual estimada do CDI em 31/12/2025 - %	15,00	18,75	22,50
Despesa financeira	(313)	(12.046)	(23.779)
IR e CS	106	4.096	8.085
Despesa (receita) financeira depois dos impostos	(207)	(7.950)	(15.694)

4.2 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo total de capital próprio e de terceiros. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazo, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2025 e 2024 podem ser assim sumariados:

	31/12/2025	31/12/2024
Total dos empréstimos e financiamentos (Nota 14)	162.282	280.983
Menos: caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	-475.161	(441.775)
Dívida líquida	-312.879	(160.792)
Total do patrimônio líquido	824.068	701.079
Total do capital próprio e de terceiros	511.189	540.287
Índice de alavancagem financeira - %	-61%	30%

4.3 Instrumentos financeiros

a. Identificação e valorização dos instrumentos financeiros

A Companhia opera com alguns instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, incluindo aplicações financeiras, contas a receber de clientes, fornecedores e empréstimos e financiamentos. Quando aplicável, a Companhia opera com instrumentos financeiros derivativos, especialmente operações de swap. Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, não existia nenhum instrumento financeiro derivativo contratado.

Considerando a natureza dos instrumentos, o valor justo é basicamente determinado pela aplicação do método do fluxo de caixa descontado. Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores a custo amortizado aproximam-se dos valores justos.

b. Política de gestão de riscos financeiros

A Companhia segue uma política de gerenciamento de risco, que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros é regularmente monitorada e gerenciada a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa.

Também são revistos, periodicamente, os limites de crédito e a qualidade do *hedge* das contrapartes. Além disso, os riscos de mercado são protegidos quando é considerado necessário suportar a estratégia corporativa ou quando é necessário manter o nível de flexibilidade financeira.

O Conselho de Administração supervisiona e aprova as informações relacionadas com o gerenciamento de risco, incluindo políticas significativas, procedimentos e práticas aplicadas no gerenciamento de risco.

5 Instrumentos financeiros por categoria

A Companhia utiliza técnicas de avaliação que são apropriadas nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes disponíveis para mensurar o valor justo, maximizando o uso de dados observáveis relevantes e minimizando o uso de dados não observáveis.

Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo:

- **Nível 1** - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração.
- **Nível 2** - Técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável.
- **Nível 3** - Técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras ao valor justo de forma recorrente, a Companhia determina se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a categorização (com base na informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo como um todo) no fim de cada período de divulgação.

Apresentamos, a seguir, os principais instrumentos financeiros classificados por categoria:

	31/12/2025	31/12/2024
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado		
Caixa e equivalentes de caixa	475.161	441.775
Contas a receber de clientes	189.369	242.010
Outros ativos	2.815	2.437
	667.345	686.222
Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado		
Empréstimos e financiamentos	162.282	280.983
Dividendos e JCP a pagar	42.762	44.355
Fornecedores e outras obrigações, excluindo obrigações legais	83.231	138.765
	288.275	464.103

Os valores justos dos passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial, são os seguintes:

	31 de dezembro de 2025		31 de dezembro de 2024	
Instrumentos	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Empréstimos e financiamentos	162.282	162.282	280.983	280.983
Dividendos e JCP a pagar	42.762	42.762	44.355	44.355
Fornecedores e outras obrigações, excluindo obrigações legais	83.231	83.231	138.765	138.765

6 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2025	31/12/2024
Caixa e bancos	49.919	27.354
Aplicações financeiras (CDBs)	425.242	414.421
	475.161	441.775

As aplicações financeiras classificadas como caixa e equivalentes de caixa podem ser resgatadas a qualquer tempo, sem qualquer penalidade, sem prejuízo da receita reconhecida ou risco de variação significativa no seu valor.

As aplicações financeiras realizadas nos Bancos Santander e Bradesco referem-se a Certificados de Depósitos Bancários remunerados à taxa média de 100,0% do CDI em 31 de dezembro de 2025 (100,3% do CDI em 31 de dezembro de 2024).

7 Contas a receber de clientes

Estão compostas por créditos decorrentes de fornecimento de gás (faturados e a faturar), prestação de serviços e vendas de serviços como demonstrado a seguir:

	31/12/2025	31/12/2024
Consumidores de gás e serviços		
Faturado	154.978	192.973
Não faturado	34.391	49.037
	189.369	242.010
Provisão para perdas de crédito esperadas	(87.119)	(85.539)
Total de contas a receber	102.250	156.471
Circulante	101.956	155.535
Não circulante (a)	294	936

(a) Refere-se a parcelamento de clientes acima de 12 meses.

A análise de vencimentos do contas a receber está apresentada abaixo:

	31/12/2025	31/12/2024
A vencer		
Faturado	65.946	97.567
Não faturado	34.391	49.037
Vencidas		
Até três meses	5.307	11.384
De três a seis meses	1.571	9.016
Acima de seis meses	82.154	75.006
	189.369	242.010

A Provisão para perdas de crédito esperadas está representada, principalmente, pela provisão constituída sobre o saldo das contas a receber de três clientes antigos do segmento industrial que acumularam uma dívida histórica de R\$ 7.407, R\$ 17.015 e R\$ 33.014 respectivamente. Em relação aos dois primeiros montantes, após sucessivos acordos não cumpridos, resultou-se no corte do fornecimento de gás por meio de decisões judiciais e consequentes execuções que se encontram em curso, sem expectativa de realização. A terceira indústria relacionada discute judicialmente o valor da tarifa praticada, em função do valor do Poder Calorífico Superior do Gás - PCS, havendo, nesse caso, em primeira instância, decisão favorável à CEG RIO. Além do processo que se encontra em andamento, existem dúvidas substanciais sobre a capacidade financeira desta em pagar a dívida em caso de decisão final favorável à CEG RIO. Por isso, a Administração optou por manter o valor provisionado.

A Companhia adotou como base, para ter seus valores de provisão estimada de acordo com o CPC 48 refletido na perda esperada, um estudo de sua carteira de clientes, onde a média encontrada em percentual está sendo aplicada para o período corrente.

Abaixo, são apresentadas as informações sobre a exposição ao risco de crédito médio nas contas a receber da Companhia, em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, utilizando-se de uma matriz de provisão:

	31/12/2025	31/12/2024
Dias de vencimento	Taxa de atraso (%)	Taxa de atraso (%)
A vencer	2,00%	1,20%
1 a 30 dias	19,80%	32,48%
31 a 60 dias	51,76%	53,56%
61 a 90 dias	72,35%	65,70%
91 a 120 dias	78,56%	72,21%
121 a 180 dias	84,67%	77,85%
181 a 360 dias	98,58%	85,33%
Mais de 360 dias	99,88%	97,05%

As movimentações na provisão para perdas de crédito esperadas seguem demonstrada abaixo:

	31/12/2025	31/12/2024
Em 1º de janeiro	85.539	76.546
Provisão para perdas de crédito esperadas (a)	7.200	12.579
Recuperação de perdas das contas a receber (a)	(5.620)	(3.586)
Saldo final na respectiva data	87.119	85.539

Os valores inferiores a R\$ 15 são baixados das contas a receber após o prazo de 180 dias e representaram em 31 de dezembro de 2025 o montante de R\$ 5.207 (R\$ 4.621 em 31 de dezembro de 2024).

As demais contas a receber do balanço não contêm ativos sujeitos a provisões para perda de crédito esperada.

8 Tributos a recuperar

	31/12/2025	31/12/2024
PIS e COFINS (a)	157.276	193.560
ICMS a recuperar (b)	6.639	13.840
Demais tributos (c)	9.457	1.760
	173.372	209.160
Circulante	65.277	70.951
Não circulante	108.095	138.209

(a) Em novembro de 2021, a Companhia reconheceu em seu ativo não circulante, o montante de R\$ 173.201, cujo saldo atualizado em 31 de dezembro de 2025 soma o total de R\$ 150.888 (181.894 em 31 de dezembro de 2024) sendo R\$ 137.244 de principal e R\$ 13.644 de atualização monetária relativo a créditos de PIS e COFINS, cuja apuração se deu sem a exclusão do ICMS de sua base, no período compreendido entre março de 2012 até a efetiva alteração da metodologia de cálculo o que inclui a atualização monetária pela taxa SELIC. A Companhia compensará o valor total reconhecido no prazo mínimo de 30 meses, considerando o mencionado na Medida Provisória 1.202 de 29 de dezembro de 2023 e sua conversão na Lei nº 14.873 de 28 de maio de 2024 (NOTA 1.1)

Em contrapartida dos créditos acima comentados a Companhia reconheceu uma obrigação no passivo não circulante pelo valor integral do ativo por haver uma obrigação recíproca e equivalente da concessionária em restituir tais valores aos usuários e cuja forma dependerá ainda das decisões e respectivas aprovações por parte da Agência Reguladora bem como do período, sendo possível via reajuste tarifário.

(b) Refere-se à saldo credor da apuração.

(c) Refere-se, substancialmente, a créditos de imposto de renda decorrentes de aplicações financeiras.

9 Ativos fiscais diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaborados e fundamentados em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

a. Composição

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são calculados sobre os seguintes eventos:

	31/12/2025	31/12/2024
Provisão para perda esperada sobre contas a receber	18.195	17.757
Provisão para contingências	11.011	10.878
AVP Financeiro	85	764
Provisão de Fornecedores	445	1.562
Ativo não circulante	29.736	30.961

b. Movimentação

A movimentação do imposto de renda e da contribuição social diferidos é demonstrada como segue:

IR e CS diferidos ativos sobre:					
	Provisão para perda esperada sobre contas a receber	Provisão para contingências	AVP Financeiro	Provisão de Fornecedores	Total
Em 31 de dezembro de 2023	15.019	8.905	1.148	1.130	26.282
Creditado (debitado) na demonstração do resultado	2.738	1.893	(384)	432	4.679
Em 31 de dezembro de 2024	17.757	10.878	764	1.562	30.961
Creditado (debitado) na demonstração do resultado	438	133	(679)	(1.117)	(1.225)
Em 31 de dezembro de 2025	18.195	11.011	85	445	29.736

c. Realização

Os ativos fiscais diferidos serão aproveitados à medida que as respectivas provisões que serviram de base para a constituição do imposto ativo sejam realizadas. A Companhia possui expectativa de que esses créditos sejam realizados conforme demonstrado a seguir:

	31/12/2025	31/12/2024
2025	-	3.715
2026	3.568	4.025
2027	3.866	4.644
2028	4.460	5.263
2029	5.055	6.192
2030	5.947	4.335
2031	4.163	2.787
2032	2.677	-
	29.736	30.961

Como a base tributável do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, incentivos fiscais e outras variáveis, não existe uma correlação imediata entre o lucro líquido da Companhia e o resultado de imposto de renda e contribuição social. Portanto, a expectativa da utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Companhia.

10 Partes relacionadas

A receber/pagar	Ativo circulante	Passivo circulante	Receitas	Despesas
Controle comum:				
Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG (a)	-	666	-	25.922
Gas Natural Serviços (b)	-	-	5	-
	-	666	5	25.922
JCP e dividendos				
Controladora:				
Naturgy DL S.A. (c)	-	25.483	-	-
Coligada:				
Pluspetrol Energy S.A. (c)	-	1.283	-	-
Commit Gas (c)	-	15.996	-	-
	-	42.762	-	-
Em 31 de dezembro de 2025	-	43.428	5	25.922

Os saldos em 31 de dezembro de 2024 são demonstrados como segue:

A receber/pagar	Ativo circulante	Passivo circulante	Receitas	Despesas
Controle comum:				
Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG (a)	-	2.477	-	24.860
Gás Natural Serviços (b)	-	-	5	-
	-	2.477	5	24.860
JCP e dividendos				
Controladora:				
Naturgy DL S.A. (c)	-	26.433	-	-
Coligada:				
Pluspetrol Energy S.A. (c)	-	1.331	-	-
Commit Gas (c)	-	16.591	-	-
	-	44.355	-	-
Em 31 de dezembro de 2024	-	46.832	5	24.860

(a) Referem-se, substancialmente, a obrigações por serviços técnicos e administrativos prestados à Companhia.

(b) Referem-se a recebimento de comissão por serviço de faturamento.

(c) Referem-se à distribuição de 25% do lucro líquido do exercício.

Termos e condições de transações com partes relacionadas

As vendas e compras envolvendo partes relacionadas são efetuadas a preços acordados pelas partes. Os saldos em aberto no fim do período não estão atrelados a garantias, não estão sujeitos a juros de mora e são liquidados em dinheiro, estando, contudo, o inadimplemento contratual sujeito a penalidades. Não houve garantias fornecidas ou recebidas em relação a quaisquer contas a receber ou a pagar envolvendo partes relacionadas.

Remuneração dos administradores e do Conselho Fiscal

O pessoal-chave da Administração inclui os conselheiros e diretores. A remuneração paga ou a pagar, incluindo os encargos legais, por serviços de empregados está demonstrada a seguir:

	2025	2024
Conselho Fiscal	464	454
Conselho de Administração	414	430
Honorários dos administradores	4.615	4.430
	5.493	5.314

Os montantes apresentados na tabela referem-se aos valores reconhecidos como despesa no exercício relacionados com os membros-chave da Administração.

11 Intangível

	Concessão para exploração de serviços públicos	Servidões de passagem (a)	Software (b)	Contrato de concessão	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2024	59.072	2	746	542.373	602.193
Aquisição	-	-	109	42.872	42.981
Amortização	(17.715)	-	(196)	(24.571)	(42.482)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	41.357	2	659	560.674	602.692
Custo total	214.853	281	3.479	860.153	1.078.766
Amortização acumulada	(173.496)	(279)	(2.820)	(299.479)	(476.074)
Valor residual	41.357	2	659	560.674	602.692
Saldos em 1º de janeiro de 2025	41.357	2	659	560.674	602.692
Aquisição	-	-	1.116	55.301	56.417
Amortização	(17.718)	-	(205)	(29.145)	(47.067)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	23.639	2	1.570	586.830	612.041
Custo total	214.853	281	4.595	915.454	1.135.183
Amortização acumulada	(191.215)	(279)	(3.025)	(328.624)	(523.142)
Valor residual	23.639	2	1.570	586.830	612.041

(a) Servidões de passagem são custos necessários para utilização, pela Companhia, de propriedades de terceiros para passagens da rede de distribuição.

(b) Software refere-se a investimento com modernização, melhoria e adaptações de sistemas informatizados.

A composição dos bens incluídos na conta de contrato de concessão está apresentada a seguir:

	Rede de gás	Máquinas e equipamentos	Outros (c)	Total em operação	Imobilizado em andamento (d)	Total
Saldos em 1º /01/2024	431.313	62.445	4.582	498.340	44.033	542.373
Aquisição	-	12.148	356	12.504	30.368	42.872
Transferência para imobilizado em operação	593	-	-	593	(593)	-
Baixas líquidas	-	-	-	-	-	-
Amortização	(18.108)	(6.197)	(266)	(24.571)	-	(24.571)
Saldos em 31/12/2024	413.798	68.396	4.672	486.866	73.808	560.674
Custo total	650.300	127.214	8.831	786.345	73.808	860.153
Amortização acumulada	(236.502)	(58.818)	(4.159)	(299.479)	-	(299.479)
Valor residual	413.798	68.396	4.672	486.866	73.808	560.674
Saldos em 1º/01/2025	413.798	68.396	4.672	486.866	73.808	560.674
Aquisição	-	14.245	175	14.420	40.881	55.301
Transferência para imobilizado em operação	-	-	-	-	-	-
Baixas líquidas	-	-	-	-	-	-
Amortização	(22.056)	(6.763)	(326)	(29.145)	-	(29.145)
Saldos em 31/12/2025	391.742	75.878	4.520	472.141	114.689	586.830
Custo total	650.300	141.459	9.006	800.765	114.689	915.454
Amortização acumulada	(258.558)	(65.581)	(4.485)	(328.624)	-	(328.624)
Valor residual	391.742	75.878	4.520	472.141	114.689	586.830
Taxas anuais de amortização (em anos)	30	10 e 20	Diversas		-	

(c) Encontram-se aglutinadas as classes de veículos, móveis e utensílios, terrenos, benfeitorias e *hardware*, os juros capitalizados no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foram de R\$ 44 (R\$38 em 31 de dezembro de 2024) à taxa média de 14,90% (11,25% em 31 de dezembro de 2024).

(d) Imobilizado em andamento refere-se, substancialmente, aos projetos de expansão da rede.

12. Obrigações por arrendamento

A Companhia possui ativos em arrendamento referentes às edificações. O prazo de arrendamento de terrenos e edificações varia entre um (superior a um e inferior a dois) e quatro anos. A tabela abaixo evidencia os prazos e suas respectivas taxas:

Contratos por prazo e taxa de desconto	
Prazos contratos	Taxa % a.a
Superior a 1 ano até 4 anos	5,06 a 10

Para todos os contratos de operações de arrendamento mercantil, a Companhia reconheceu ativos representando o direito de uso (imobilizado arrendado) e passivos de arrendamento. A companhia aplicou as isenções de reconhecimento previstas no CPC 06 (R2) para os contratos com prazo de doze meses ou menos e/ou com valor do ativo objeto do arrendamento não significativo (até R\$ 32 equivalente a 5 mil Euros).

12.1. Ativo de direito de uso

As movimentações dos ativos de direito de uso são:

Ativo de direito de uso	Saldo final 31/12/2024	Adições em 2025	Amortizações	Saldo final 31/12/2025	Prazo médio contratual (anos)
Edificações	220	682	(249)	653	3,6
Veículo	-	2.095	(848)	1.247	2,6
Equipamento	-	328	(79)	249	2,1
Total - ativo de direito de uso	220	3.105	(1.176)	2.149	

Ativo de direito de uso	Adições em 2024	Amortizações	Saldo final 31/12/2024	Prazo médio contratual (anos)
Edificações	278	(58)	220	2,5
Total - ativo de direito de uso	278	(58)	220	

12.2. Obrigações por arrendamento

As movimentações das obrigações por arrendamento são:

Passivo de arrendamento	Saldo inicial 31/12/2024	Adições em 2025	Encargos financeiros	Pagamentos principal	Pagamentos juros	Saldo final 31/12/2025
Edificações	230	682	38	(240)	(36)	674
Veículo	-	2.095	95	(820)	(89)	1.281
Equipamento	-	328	10	(77)	(8)	253
Total - passivo de arrendamento	230	3.105	143	(1.137)	(133)	2.208

Passivo de arrendamento	Adições em 2024	Encargos financeiros	Pagamentos principal	Pagamentos juros	Saldo final 31/12/2024
Edificações	278	20	(50)	(18)	230
Total - passivo de arrendamento	278	20	(50)	(18)	230

Em 31 de dezembro de 2025, os saldos das obrigações por arrendamento são compostos da seguinte forma:

	Tipo de taxa	Taxa nominal a.a. (%)	Circulante	Não circulante	Saldo final 31/12/2025
Edificações (*)	Fixa	7,75	216	458	674
Veículo	Fixa	5,06	1.281	-	1.281
Equipamento	Fixa	5,53	253	-	253
Total - obrigação por arrendamento			1.750	458	2.208

A tabela a seguir apresenta o cronograma de pagamentos dos contratos em vigor. Tais valores representam os desembolsos estimados nos contratos assinados e encontram-se demonstrados por seus valores nominais. Os saldos diferem daqueles registrados nos livros contábeis, pois, nesses últimos, os montantes são registrados a valor presente:

	Até dezembro de 2026	Janeiro de 2027 a dezembro de 2027	Valores nominais	Valor presente
Edificações	414	256	670	674
Veículo	794	482	1.276	1.281
Equipamento	156	95	251	253
Total	1.364	833	2.197	2.208

Em 31 de dezembro de 2025, as despesas de depreciação para os contratos acima foram de R\$1.137 (58 em 31 de dezembro de 2024) e as despesas de juros sobre passivos de arrendamento foram de R\$ 143 (20 em 31 de dezembro de 2024).

13 Fornecedores

	2025	2024
De gás (a)	60.401	117.270
De materiais	5.225	5.030
De serviços	10.230	14.587
	75.856	136.887

(a) A Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras é o único fornecedor de gás natural comprado pela Companhia, de acordo com o contrato celebrado entre as partes em 30 de outubro de 2023 com vigência até 31 de dezembro de 2034, conforme nota explicativa nº18.

14 Empréstimos e financiamentos

	2025	2024
Linhas de crédito	162.282	280.983
	162.282	280.983
Circulante	162.282	131.118
Não circulante	-	149.865
	162.282	280.983

Os empréstimos e financiamentos estão representados por recursos captados para utilização no incremento das operações da Companhia, principalmente nos projetos de desenvolvimento de infraestrutura e distribuição de gás para novos municípios.

Os referidos empréstimos e financiamentos não apresentam cláusulas restritivas.

O valor justo dos empréstimos atuais é equivalente ao seu valor contábil, uma vez que o impacto do desconto não é significativo. Os valores contábeis baseiam-se no saldo de empréstimos atualizados à taxa de juros do respectivo contrato de empréstimo até a presente data.

A composição dos empréstimos e financiamentos pode ser assim demonstrada:

				2025		2024	
	Indexadores	Data da Operação	Vencimento	Circulante	Não circulante	Circulante	Não Circulante
Em moeda nacional							
Banco Safra	CDI+2,10%	04/03/2022	21/02/2025	-	-	121.758	
Banco Mizuho	CDI+1,85%	07/07/2023	07/07/2026	86.489	-	5.254	79.845
Banco Santander	CDI+1,50%	01/07/2024	01/07/2026	75.793	-	4.106	70.020
				162.282	-	131.118	149.865

A Companhia possui, ainda, linhas de crédito não utilizadas no montante de R\$ 20.000 com vencimento em um ano, revisadas em diferentes datas durante o ano.

Mapa de movimentação dos empréstimos

	2025	2024
Saldo inicial	280.893	370.036
Pagamento do principal	(110.000)	(90.000)
Encargo provisionado	28.953	43.568
Encargo pago	(37.694)	(43.625)
Custos amortizados no exercício	130	1.004
Saldo final	162.282	280.983

15 Tributos a recolher**a) Composição do saldo**

	2025	2024
Imposto de renda a pagar	5.390	7.537
Contribuição social a pagar (a)	1.943	3.400
ICMS	4.581	2.006
PIS e COFINS	2.385	1.500
Taxa Agência Reguladora	1.677	596
ISS	2.188	2.044
Outros	1.900	1.532
	20.064	18.615

(a) A Companhia possuía saldo de tributos a compensar que foram utilizados no ano de 2025.

b) Conciliação de alíquota nominal e efetiva de imposto de renda e contribuição social

	2025		2024	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	241.225	241.225	256.532	256.532
Despesa de imposto de renda e da contribuição social, às alíquotas nominais de 25% e 9%, respectivamente	(60.306)	(21.710)	(64.133)	(23.088)
Ajustes para obtenção da alíquota efetiva:				
Juros sobre o capital próprio	8.833	3.180	2.619	2.589
Adições permanentes	(144)	(52)	(478)	847
Outros	24	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	(51.593)	(18.582)	(58.166)	(20.947)
Imposto corrente	(50.692)	(18.258)	(61.606)	(22.186)
Imposto diferido	(901)	(324)	3.440	1.239
	(51.593)	(18.582)	(58.166)	(20.947)
Alíquota efetiva	21%	8%	23%	8%

16 Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, o capital social de R\$ 224.186 está representado por 1.995.023 ações, sendo 665.008 ordinárias e 1.330.015 preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal, de propriedade dos seguintes acionistas:

	Quantidade de ações	
	Ordinárias	Preferenciais
Residentes no exterior:		
Pluspetrol Energy Sociedad Anónima	22.257	37.594
Naturgy Distribución Latinoamérica S.A.	468.576	720.345
Residentes no país:		
Commit Gás	174.175	572.076
	665.008	1.330.015

As ações ordinárias têm direito a voto nas Assembleias Gerais e as ações preferenciais, apesar de não terem direito a voto, têm prioridade no recebimento de dividendos e no reembolso de capital de acordo com o Estatuto.

O capital dos acionistas residentes no exterior está integralmente registrado no Banco Central do Brasil.

b) Dividendos e juros sobre o capital próprio

De acordo com o estabelecido no estatuto social da Companhia, o dividendo mínimo obrigatório é de 25% sobre o lucro líquido ajustado, em conformidade com o artigo 202 da Lei nº 6.404/76. A base de cálculo para os dividendos mínimos obrigatórios está assim composta:

	2025	2024
Lucro líquido	171.050	177.420
Constituição da reserva legal	-	-
Base de cálculo dos dividendos	171.050	177.420
Dividendos mínimos obrigatórios 25%	12.730	44.355
Distribuição proposta		
Juros sobre o capital próprio (bruto)	35.332	29.100
Dividendos a pagar	12.730	19.620
Porcentagem sobre o lucro líquido ajustado do exercício	28%	27%

No dia 16 de dezembro de 2025 foi aprovada na Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas (AGE) o pagamento dos juros sobre capital próprio, no montante de R\$ 35.332 (0,015054 por ação), o que representará, após impostos, juros líquidos no valor de R\$ 30.033. O pagamento será efetuado em parcela única, no dia 15 de dezembro de 2026, a todos os acionistas titulares das ações da Companhia na data de sua aprovação pela AGE.

O dividendo mínimo obrigatório, no valor de R\$ 12.730 foi registrado de forma a atender ao disposto no Estatuto da Companhia, que estabelece uma distribuição mínima de 25% do lucro líquido do exercício, após as deduções previstas em lei.

O saldo remanescente, no valor de R\$ 122.988 permaneceu no patrimônio líquido da Companhia e terá a destinação deliberada pela Assembleia Geral de Acionistas, a ser realizada no mês de abril de 2026.

c) Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para eventual compensação de prejuízo e aumento de capital.

A Companhia já constituiu a reserva legal até o limite de 20% do capital social e em razão ao limite alcançado não houve constituição de reserva legal em 31 de dezembro de 2025.

d) Reserva de expansão

A reserva de expansão refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios estabelecido em seu plano de investimentos, conforme orçamento de capital aprovado e proposto pelos administradores da Companhia.

e) Reserva especial

Refere-se a parte dos lucros, relativos ao resultado do exercício de 2020 que foram destinados, conforme assembleia geral extraordinária realizada em dezembro de 2021.

f) Lucro por ação

O cálculo básico de lucro por ação é computado conforme preconizado pelo CPC 41 - Resultado por Ação, sendo o lucro líquido dividido pela quantidade média ponderada das ações ordinárias em circulação nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, conforme segue:

	2025	2024
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	171.050	177.420
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação (milhares)	1.995.023	1.995.023
Lucro básico por ação – R\$	0,08574	0,08893

17 Provisão para contingências

A provisão para contingências foi constituída com base na expectativa da Administração da Companhia e de seus consultores jurídicos para as ações judiciais de natureza cíveis, tributárias e trabalhistas, considerando as diversas instâncias em que os processos se encontram. O montante da provisão é considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas decorrentes de decisões desfavoráveis em causas judiciais.

A composição das provisões de contingências, por natureza, é a seguinte:

	2025	2024
Trabalhistas	1.825	3.044
Cíveis	13.993	13.015
Regulatória	74	74
Tributárias	16.491	15.860
	32.383	31.993

A movimentação das provisões de contingências, por natureza, é a seguinte:

	2024	Adições	Baixas por reversão/ pagamento	2025
Trabalhistas	3.044	1.504	(2.723)	1.825
Tributárias	15.860	631	-	16.491
Regulatórias	74	2	(2)	74
Cíveis	13.015	4.883	(3.905)	13.993
Total	31.993	7.020	(6.630)	32.383

	2023	Adições	Baixas por reversão/ pagamento	2024
Trabalhistas	1.948	1.721	(625)	3.044
Tributárias	15.366	494	-	15.860
Regulatórias	77	12	(15)	74
Cíveis	9.037	6.233	(2.255)	13.015
Total	26.428	8.460	(2.895)	31.993

As contingências trabalhistas referem-se a ações movidas por ex-empregados de empresas terceirizadas por responsabilidade subsidiária.

As contingências cíveis com relevância individual são:

Processo de número 0313016-47.2017.8.19.0001 no valor de R\$ 3.363 (R\$ 3.104 em 31 de dezembro de 2024) referente a multa aplicada pela Agência Reguladora.

Processo de número 0127317-07.2022.8.19.0001 no valor de R\$ 3.114 (R\$ 2.808 em 31 de dezembro de 2024) que se refere a execução provisória de honorários advocatícios sucumbenciais, decorrente de sentença de improcedência, proferida nos autos de ação anulatória.

Processo de número 0023203-17.2003.4.02.5101 no valor de R\$ 1.754 (R\$ 1.520 em 31 de dezembro de 2024), no qual após o trânsito em julgado do processo a parte contrária deu início ao cumprimento de sentença com vistas à cobrança pela ocupação de sua faixa de domínio pela Companhia.

Processo de número 0040580-94.2005.8.19.0001 no valor de R\$ 1.563, correspondente à condenação da Companhia em honorários advocatícios sucumbenciais.

Os demais processos cíveis e regulatórios no montante de R\$ 4.199 (R\$ 3.242 em 31 de dezembro de 2024) referem-se à processos que, individualmente, não apresentam valores relevantes.

As contingências tributárias referem-se aos processos de execução fiscal ajuizados pela união federal, objetivando a cobrança de supostos créditos tributários de imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ e contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL. O saldo em 31 de dezembro de 2025 R\$ 16.491 (R\$ 15.860 em 31 de dezembro de 2024).

Adicionalmente a Companhia possui outros processos divididos em: (a) trabalhistas R\$ 2.714 (R\$ 1.167 em 31 de dezembro de 2024), (b) tributários R\$ 38.390 (R\$ 35.597 em 31 de dezembro de 2024) e (c) cíveis R\$ 108.596 (R\$ 99.593 em 31 de dezembro de 2024) que não estão provisionados, por estarem classificados como chance de êxito possível pelos consultores jurídicos.

Referente as contingências cíveis possíveis, refere-se principalmente a uma ação movida pelos clientes por não concordarem com o aumento da margem decorrente da 2ª Revisão Tarifária, buscando a anulação desse aumento praticado mediante edição de Deliberação da AGENERSA no valor de R\$ 105.266 (R\$ 95.171 em 31 de dezembro de 2024).

Destacamos que, em dezembro/2021, a Companhia iniciou processo administrativo, com a impugnação de um Auto de Infração relativo aos períodos de janeiro/2016 a dezembro/2020, exigindo o recolhimento do ICMS sobre o fornecimento de gás para o cliente com diferimento de imposto. O novo processo refere-se à suspensão do diferimento do ICMS não comunicado pelo cliente e por este motivo a Companhia permaneceu emitindo as faturas de gás sem o destaque do ICMS. Os advogados da Companhia estimam como possível a probabilidade de perda dessa ação, razão pela qual não foi constituída provisão, cujo valor atualizado em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 30.746 (R\$ 28.368 em 31 de dezembro de 2024).

Há ainda depósitos judiciais de natureza trabalhista no montante de R\$ 36 em 2025 (R\$ 366 em 2024) e cível R\$ 3.366 (R\$ 1.564 em 2024).

18 Compromissos

18.1 Fornecedor de gás

Em 31 de outubro de 2023, foram celebrados contratos de fornecimento de gás natural com a Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras, com manutenção de quantidade diária contratual (QDC) para 2.400.000 m³/dia no período de 01/12/2023 a 31/12/2028, com redução para 1.632.000 m³/dia para o período de 01/01/2029 a 31/12/2034.

▪ Ao longo de 2024 e 2025 foram celebrados os seguintes aditamentos ao contrato de suprimento:

- Aditivos nº 1, celebrado em 31 de maio de 2024, instituiu um novo preço para a molécula de gás natural (11%), a ser aplicado entre o consumo de 60% e 105% da QDC, no período entre 01/06/2024 até 31/12/2025. Em contrapartida a essa redução, foi realizada contratação adicional de 135 mil m³/dia entre os anos de 2029 e 2034;

- Aditivos nº 2, celebrado em 28 de junho de 2024, instituiu a migração do cliente CSN ao mercado livre e reduziu-se a QDC em 1.390.000 m³/dia a partir de 01/07/24; e

- Aditivos nº 3, celebrado em 17 de dezembro de 2024, aos contratos de fornecimento de gás natural com a Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras, onde acordou-se um novo preço para a molécula de gás natural (10%), que será aplicado entre o consumo de 90% e 115% da QDC, no período entre 01/01/2025 até 31/12/2026;

- Aditivos nº 4, celebrado em 01 de agosto de 2025, instituiu a migração do cliente Guardian ao mercado livre e reduziu-se a QDC em 100.000 m³/dia a partir de 01/08/2025;

- Aditivo nº 5, celebrado em 24 de dezembro de 2025, instituiu a redução das Quantidades Diárias Contratuais (QDC) no montante de 60 mil m³/dia do contrato NMG-2023-34, em decorrência da Resolução CNPE nº 3/2022, com o objetivo de otimizar a QDC do contrato, em conformidade com os termos contratuais aplicáveis;

- Aditivo nº 6, celebrado em 24 de dezembro de 2025, instituiu a redução das Quantidades Diárias Contratuais (QDC) no montante de 60 mil m³/dia, em cada um dos contratos a seguir: NMG-2024-28, NMG-2024-30, e NMG-2024-32, em decorrência da Resolução CNPE nº 3/2022, com o objetivo de otimizar a QDC do contrato, em conformidade com os termos contratuais aplicáveis.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia reconhece o montante de R\$ 15.261 referente ao volume de 7.811.835 m³ de gás pagos e não retirados, decorrentes do compromisso de Retirada Mínima Mensal ("take or pay") no período de 1º de janeiro de 2024 até 31 de dezembro de 2025. A recuperação do saldo acima poderá ser realizada de forma mensal durante a vigência de cada contrato e, após o término do contrato, diariamente durante o período de até 120 dias, considerando ainda os eventuais critérios e prorrogações contratuais.

Com base nos contratos firmados, as estimativas revisadas indicam a possibilidade de recuperação do saldo total até Julho de 2026, tendo sido classificada a respectiva parcela no ativo circulante.

19 Receita líquida

A reconciliação das vendas brutas para a receita líquida é como segue:

	2025	2024
Venda de gás (a)	1.179.335	3.091.647
Serviço de distribuição (ATR) (b)	169.022	99.052
Contratos de construção	32.731	34.783
Outras receitas	1.497	1.368
Total receita bruta	1.382.585	3.226.850
(-) Deduções da receita bruta	(251.822)	(509.331)
Receita líquida	1.130.763	2.717.519

(a) A variação ocorrida se deve, substancialmente, a migração de clientes dos mercados termoeletrico e industrial para a modalidade de consumidor livre e redução no volume vendido, especialmente no mercado industrial e GNV.

(b) Receita de ATR (Acesso de Terceiros à Rede), em que o cliente remunera a passagem do gás pela rede, pois a aquisição do gás é negociada com a Petrobras. Variação decorrente de novos clientes do segmento industrial e termoeletrico.

20 Custo do serviço prestado

	2025	2024
Compra de gás e de serviços (a)	(755.078)	(2.295.905)
Custo dos contratos de construção	(32.731)	(34.782)
Amortização	(42.543)	(42.023)
	(830.352)	(2.372.710)

(a) A variação ocorrida se deve, substancialmente, a migração de clientes do mercado industrial e termoeletrico do mercado cativo para consumidor livre.

21 Revisão tarifária

21.1. Considerações sobre a 4ª RTI

Em 14.11.2024, a AGENERSA julgou a 4ª revisão tarifária sem alteração tarifária, tendo em vista que o ciclo se encerrou em 2022, após acordo resultante de mediação - depois de ação anulatória interposta pela Companhia contra a AGENERSA que visava anular deliberações equivocadas prolatadas anteriormente - com concessões mútuas e recíprocas, onde se definiu a aplicação do Terceiro Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, inclusive, com a definição de que a outorga paga seria considerada como ativo indenizável, cuja metodologia de pagamento será definida até o último ano da 5ª revisão tarifária.

Como consequência do acordo, a CEG RIO assumiu um compromisso de realização de investimentos em 2025 e 2026, no valor de R\$ 573 milhões (apurado em dez/21), que terá tratamento regulatório na 5ª revisão tarifária, mediante a comprovação da realização física e financeira dos projetos apresentados (plano de investimentos) à Secretaria de Energia e Economia do Mar (SEENEMAR), em 13.12.2024 e cuja aprovação foi confirmada em 25 de janeiro de 2025.

Tendo em vista o acordo firmado no qual a Companhia assumiu o compromisso de investimento, a administração da Companhia entende haver uma obrigação contratual de adquirir ou substituir ativos a qual será reconhecida como um passivo apenas na extensão do desempenho da obrigação assumido, ou seja, na extensão em que os custos de aquisição e substituição do plano de investimentos sejam incorridos. Assim, esse compromisso de investimento será tratado para fins contábeis como um contrato executório, ou seja, os ativos e passivos resultante do plano de investimentos serão reconhecidos incrementalmente de acordo com o desempenho da obrigação de investimentos.

21.2. Considerações sobre a 5ª RTI

Em 30/09/2022, como parte do processo de 5ª Revisão Quinquenal de Tarifas (2023-2027), e em conformidade com o Ofício AGENERSA/SCEXEC SEI Nº698/2022, a Concessionária entregou a Proposta de Taxa de Remuneração de Capital, bem como a Base Inicial de Remuneração de Ativos.

Em 27/09/2022, através do Ofício AGENERSA/SCEXEC Nº1002, fica estabelecido que a entrega do Plano de Negócios de 5ª Revisão Quinquenal de Tarifas (2023-2027), pela Concessionária, deverá ser realizado após Deliberação do Regulador sobre Taxa de Remuneração.

Em 17/11/2025, foi protocolado, tempestivamente, através do Ofício DIREG 79/25, o Plano de Negócios da Concessionária perante a AGENERSA.

Em 17/12/2025 na décima segunda sessão regulatória da AGENERSA, a taxa de remuneração foi julgada e aprovada por unanimidade em 8,92%.

22 Despesas de vendas, gerais e administrativas

	2025	2024
Serviço de profissionais contratados (a)	(35.844)	(39.507)
Amortização	(532)	(461)
Serviços de manutenção	(12.624)	(13.043)
Honorários e remuneração pessoal-chave	(5.493)	(5.315)
Utilidades, materiais e serviços	(3.883)	(3.579)
Provisões (reversões) de contingências, líquidas (nota 17)	514	(4.224)
Perda (recuperação) de créditos (b)	(4.907)	(4.128)
Provisão (recuperação) para perdas de crédito esperada (b)	(1.580)	(8.993)
Despesas de atividades comerciais (b)	(468)	(435)
Propaganda e publicidade	(1.248)	(1.393)
Amortização do imobilizado arrendamento (nota 12)	(1.176)	(58)
Outros	(789)	(1.081)
	(68.030)	(82.217)

(a) O saldo contido na conta refere-se substancialmente aos serviços operacionais como cobrança, teleatendimento, entrega de faturas e leitura de medidores, comercialização e atendimento ao cliente. Adicionalmente, existem outros serviços corporativos, como serviços e licenças vinculadas à tecnologia da informação e segurança.

(b) Composição das despesas com vendas da DRE.

23 Outras receitas e despesas, líquidas

	2025	2024
Indenização a terceiros (a)	(3.021)	(1.134)
Receita e despesa penalidades desvio de programação (b)	(556)	8.362
Fundo Orçamentário Temporário - FOT (c)	(4.534)	(9.953)
Demais despesas (receitas)	(318)	(567)
	(8.429)	(3.292)

(a) Indenização paga ao Estado referente a honorários de sucumbência;

(b) Com a migração do cliente do mercado termoeletrico para a modalidade consumidor livre, houve redução na linha de penalidade por desvio de programação;

(c) Com a migração dos clientes do mercado industrial e termoeletrico para a modalidade consumidor livre houve redução, pois não há incidência de FOT-FEEF.

24. Resultado financeiro, líquido

	2025	2024
Receitas financeiras		
Rendas sobre aplicações financeiras	48.499	42.967
Juros e multas	2.452	2.945
Atualizações monetárias ativas (a)	13.126	11.191
	64.077	57.103
Despesas financeiras		
Encargos de empréstimo (Nota 14)	(26.211)	(43.503)
Comissões	(388)	(128)
Juros arrendamento	(133)	(20)
Multa e juros	(385)	(133)
Outras despesas financeiras	(603)	(308)
Atualizações monetárias passivas-Contingências (Nota17)	(953)	(1.341)
Atualizações monetárias passivas (a)	(18.131)	(14.437)
	(46.804)	(59.870)
Resultado financeiro	17.273	2.767

a) Refere-se substancialmente à atualização da taxa SELIC sobre a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS.

Marcio Gomes Vargas

Diretor Econômico-Financeiro e de RI
Contador CRC-084663/O-2 RJ

Informe anual
2025

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras e Parecer do Conselho Fiscal

02

**Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da
CEG RIO S.A.***Rio de Janeiro – RJ***Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras da CEG RIO S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CEG RIO S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando,

individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 12 de fevereiro de 2026

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Bernardo Moreira Peixoto Neto
Contador CRC RJ-064887/O-8

Parecer do Conselho Fiscal

Os membros do Conselho Fiscal da CEG RIO S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutárias, reunidos nesta data, examinaram o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras e respectivas Notas Explicativas relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025.

Com base nos exames efetuados, nas informações e esclarecimentos prestados pela Administração da Companhia no decorrer do exercício e, considerando, ainda, o relatório dos auditores independentes, emitido sem ênfase e sem ressalvas, com data de 12/02/2026, o Conselho Fiscal opina que os referidos documentos encontram-se em condições de serem submetidos à deliberação da Assembleia Geral dos Acionistas.

Rio de Janeiro (RJ), 12 de fevereiro de 2026.

Felipe Kfuri Moreira da Silva

Paulo Andrade Rodrigues

Renato Achutti

Leandro Petsold dos Santos Araújo

Vitor Hill de Oliveira Alves Pessoa

Sede

Avenida das Americas 4200, Barra da Tijuca - Rio de Janeiro

www.naturgy.com.br

Edição

Diretoria de Comunicação

Diagramação

f/damatta design



www.naturgy.com.br